

## 1843-44: Marx e Engels e a rejeição filosófica e moral da economia política

Henrique Wellen<sup>1</sup>

**Resumo:** A economia política se constitui como um dos fundamentos da análise realizada por Karl Marx acerca da sociedade dominada pelo modo de produção capitalista. Contudo, ainda que esta ciência tenha estado presente na maioria das obras deste autor, o seu tratamento transitou por diferentes conotações, tanto de cunho teórico como político, perpassando três períodos centrais: entre 1843-44, entre 1847-9, e a partir de 1857. Com base em elementos teóricos e biográficos, buscou-se, neste artigo, apresentar algumas características deste primeiro período, quando Marx (e Engels), a partir de pressupostos filosóficos e morais, analisaram a economia política a partir de uma perspectiva externa.

**Palavras-chave:** Karl Marx; Friedrich Engels; Economia Política; Trabalho Abstrato.

**Abstract:** Political economy is one of the foundations of Karl Marx's analysis of society dominated by the capitalist mode of production. However, although this science was present in most of the works of this author, its treatment went through different connotations, theoretical and political, advancing through three central periods: between 1843-44, between 1847-9, and from 1857. Based on theoretical and biographical elements, this article aimed to present some characteristics of this first period, when Marx (and Engels), from philosophical and moral presuppositions, analysed the political economy through an external perspective.

**Key-words:** Karl Marx; Friedrich Engels; Political Economy; Abstract Labour.

### I

Conforme é bastante conhecido, as análises realizadas por Karl Marx acerca da sociedade dominada pelo modo de produção capitalista tem, como uma das suas fontes centrais, a economia política clássica. Diversos foram os analistas, em distintos contextos históricos, que indicaram para a relação desta ciência com a constituição do pensamento de Marx. Contudo, Marx não teve uma relação linear de assimilação da economia política.

---

<sup>1</sup> Professor do curso de Serviço Social da UFRN.

Conforme aponta o título da sua principal obra, ele realizou, no fundo, uma *crítica da economia política*.

É escusado indicar que, antes de se iniciar uma crítica a uma determinada ideia ou a uma específica ciência, faz-se necessário, como pressuposto, analisar os seus fundamentos e sistematizações. Isto porque, a crítica, no sentido empregado por Marx, não se refere a uma negação das ideias e das categorias analisadas. A crítica busca tanto apreender os avanços presentes neste sistema teórico, como indicar elementos que permitam avanços e, até mesmo, a sua superação. Este movimento vale para as apreciações críticas que Marx fez das mais diversas ideias, pertencentes aos mais variados campos de conhecimento.

Entretanto, o evoluir destas críticas não ocorre de forma imediata, já se pressupondo as qualidades nucleares a serem assimiladas e superadas. Tal apreciação requer, pois, tempo de leitura e de maturação das ideias analisadas. Neste processo, a ideia de linearidade escamoteia as inflexões da análise e do próprio pensamento do autor, ao passo de omitir a possibilidade de reviravoltas no teor das considerações inicialmente expostas. Isto vale tanto para um lado como para o outro. De ideias e de autores inicialmente rechaçados e que depois passaram a ser valorizados, e vice-versa.

No caso da relação de Marx (e de Engels) com a economia política, ressaltam-se elementos comprobatórios deste primeiro caminho. E isso ocorreu, com destaque, nos exames, tanto de cunho valorativo como científico, acerca do maior representante desta ciência: David Ricardo. Entre os primeiros estudos desta dupla sobre a economia política, datados no início dos anos de 1840, até o final das suas vidas, ocorreu uma significativa alteração neste tratamento realizado.

De modo geral, é possível indicar três períodos distintos acerca da relação de Marx com a economia política. O primeiro período, delimitado entre 1843-44, quando Marx, a partir de pressupostos filosóficos e morais, analisou a economia política a partir de uma perspectiva externa. O segundo período, especialmente demarcado entre 1847 e 1849, quando se destacaram análises econômicas de Marx baseadas em elementos da teoria de Ricardo, com destaque para a teoria dos salários. E o terceiro período, ressaltado a partir de 1857, quando Marx iniciou uma sistematização das suas análises, tencionando uma superação crítica da economia política.

A partir de elementos teóricos e biográficos, buscou-se, neste artigo, apresentar algumas características deste primeiro período da relação entre Marx (e Engels) com a economia política<sup>2</sup>.

## II

No final de 1843, Friedrich Engels, um jovem em vias de completar 23 anos, escreveu um texto que, apesar do seu caráter introdutório e do seu teor panfletário, teve um importante destaque no pensamento crítico alemão (cf. Marx; Engels, 2010a, p. 615-6)<sup>3</sup>. Ele enviou o seu texto para os *Anais Franco-Alemães (Deutsch-Französische Jahrbücher)*, um jornal organizado por jovens pensadores alemães. O título do jornal se referia à sua dupla nacionalidade. Fugindo da censura prussiana, que havia fechado o jornal anterior deste grupo (*Rheinische Zeitung*), a sua sede se localizava em Paris. O jornal, que tinha Arnold Ruge e Karl Marx no seu comando, publicou o texto de Engels em fevereiro de 1844.

Este texto de Engels (2010a; 1981a), intitulado de *Esboço para uma crítica da economia política (Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie)*, produziu um grande impacto em Marx. Mesmo quinze anos depois da sua leitura inicial, ele manteve a sua admiração por essa obra, chamando-a de um “brilhante ensaio sobre a crítica das categorias econômicas” (Marx, 2010a, p. 264). Este *brilhante ensaio* representou o

---

<sup>2</sup> Ressalta-se que este artigo deriva da sistematização de alguns resultados de pesquisa de pós-doutorado, realizada entre fevereiro de 2018 e janeiro de 2019, na University of Kent (Inglaterra), sob a supervisão do professor David McLellan.

<sup>3</sup> Mesmo com a pouca idade, Engels já havia publicado outros textos sobre este tema. Apesar de ter nascido em Barmen-Elberfeld (hoje chamado de Wuppertal), região norte da Westphalia alemã, Engels passava grande parte do seu tempo em Manchester, na Inglaterra, onde trabalhava na fábrica têxtil do seu pai. Na Inglaterra, que apresentava o capitalismo mais desenvolvido da época, Engels teve contato com a classe trabalhadora que, rapidamente, se desenvolvia e se organizava. Além de construção de laços políticos em organizações trabalhistas, ele também expôs as difíceis condições que marcavam a vida desses trabalhadores. As suas “cartas de Londres” foram publicadas, entre maio e junho de 1843, em *Schweizerischer Republikaner*, um jornal liberal suíço. Grande parte destas análises de Engels (2010b; 1962) foram reunidas e sistematizadas na sua obra mais famosa sobre esse tema, escrita entre setembro de 1844 e março de 1845: *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra: a partir da observação pessoal e de fontes autênticas (Die Lage der arbeitenden Klasse in England: Nach eigener Anschauung und authentischen Quellen)*.

primeiro exemplar de análise da economia política realizada por estes dois pensadores que, a partir de então, se tornariam grandes amigos e parceiros intelectuais<sup>4</sup>.

O ensaio de Engels apresentou uma crítica baseada em interesses teóricos e políticos comuns aos dois pensadores alemães, coadunando-os tanto em relação aos estudos e pesquisas que estavam realizando, como em relação a uma visão contestadora sobre a realidade vigente. Conforme atesta Mandel (1971, p. 05), a relevância deste texto também está conectada com o desenvolvimento da perspectiva revolucionária. Nele, se encontra, de forma ainda imprecisa e envolvida por exames marcados por teor moralista, a defesa da superação da organização produtiva baseada na propriedade privada e no tratamento dos seres humanos como mercadorias.

Nesta obra, a linha argumentativa central de Engels se refere à função da economia política na naturalização da sociedade capitalista e em especial, da propriedade privada e do mercado. No fundo, nas suas palavras, esta ciência era apresentada como uma transposição dos interesses morais dos agentes econômicos que enriqueceram com a origem e com o desenvolvimento do capitalismo: “esta economia política, ou ciência do enriquecimento nascida da inveja e cobiça mútuas dos mercadores, traz em sua testa a marca do mais detestável egoísmo” (Engels, 2010a, p. 418).

Ressalta-se que Engels, assim como Marx, havia sido bastante influenciado pelas ideias da filosofia alemã e, em especial, pelas obras de Hegel e de Feuerbach<sup>5</sup>. Ainda que sua formação neste campo fosse acentuadamente autodidata, Engels havia participado livremente de cursos e de debates sobre estes pensadores na sua terra natal. Por isso que, municiado de leituras sobre a filosofia alemã e, em especial, das recentes críticas materialistas de Ludwig Feuerbach, Engels (idem, p. 427), indica a inversão idealista entre valor e preço realizada pela economia política:

Então, é claro, o que resta são os custos de produção e são estes que o economista passa a chamar de “valor real”, enquanto é apenas um aspecto definido de preço. Assim, tudo na economia está de cabeça para baixo. O valor, o principal fator, a fonte do preço, depende do preço, de seu próprio produto. Como é bem sabido, essa inversão é a essência da abstração, analisada por Feuerbach.

---

<sup>4</sup> Primeiro exemplar analítico da economia política, levando-se em conta a relação direta com ideias e autores desta ciência. Marx e Engels já haviam realizado análises de pensadores que tinham se utilizado da economia política para construir suas obras, como foi o caso de destaque de Hegel.

<sup>5</sup> A relação de Marx com o pensamento de Feuerbach passou por diversas fases e inflexões. Diferentemente do que foi comum à época, Marx não apresentou uma grande consideração inicial pela obra de Feuerbach e, em especial pelo seu livro mais famoso (*A essência do cristianismo*). Foi apenas a partir da leitura de suas *Teses preliminares para a reforma da filosofia*, que Marx se impressionou com as ideias de Feuerbach e começou a utilizá-las (cf. McLellan, 1995, p. 60-1).

No texto de Engels, a crítica de Feuerbach à filosofia idealista alemã, na sua inversão entre sujeito e predicado, aparece aplicada, pois, à economia política. Neste sentido, ainda que o valor econômico se apresente como representação da riqueza, seria a sua forma fenomênica, isto é, o preço, que, dentro da economia política, seria determinante. Isso ocorreria porque, além da falta de precisão na determinação do valor pelos economistas, seriam as relações entre oferta e demanda que terminariam por comandar as relações econômicas capitalistas.

Para a época, esta análise crítica de Engels transmitia um caráter bastante original e, talvez também por isso, tenha influenciado tanto Marx. Como se sabe, a busca pela precisão na distinção entre valor e preço representou, até o fim da sua vida, um objetivo constante dos estudos econômicos de Marx. E esta crítica precoce do seu conterrâneo lhe apresentou uma nova conexão de análise, entre a filosofia alemã e a realidade econômica do modo de produção capitalista.

Este é um dos exemplos, de que, dentro da “denúncia moral” da economia política realizada por Engels, é possível observar críticas internas inovadoras. Mas, em grande medida, as análises econômicas contidas neste texto eram baseadas nas críticas relativas aos temas mais abordados pelos chamados *jovens hegelianos*<sup>6</sup>. As críticas de Engels não detinham, portanto, um conhecimento interno suficiente acerca do objeto analisado. Isto é, neste momento, Engels não havia conseguido apreender as ideias essenciais da economia política e, em especial, da análise de David Ricardo sobre a teoria do valor-trabalho.

É neste sentido que se encontra a afirmação de Mandel (1971, p. 20), de que Engels, neste texto, começou a sua análise pela distinção “entre valor ‘abstrato ou real’”, depois “examina as duas escolas que reduzem o ‘valor abstrato’ aos ‘custos de produção’ e à ‘utilidade’”, e, “em uma passagem que, para ser sincero, não é muito clara, ele parece lançar dúvidas sobre a própria existência do valor”. Por causa disso, o autor citado indicou

---

<sup>6</sup> Com a morte de Hegel em 1831, um grupo de jovens estudantes buscou manter e ampliar as ideias do seu ex-mestre, tanto no campo teórico como na esfera política. A partir dos anos seguintes, o grupo de desenvolveu e algumas fraturas começaram a ocorrer especialmente a partir de uma publicação de David Strauss (*Das Leben Jesu*). Com destaques para acadêmicos como Bruno Bauer, Ludwig Feuerbach, Max Stirner e Karl Marx (que começou a integrar o grupo em 1837) e de pensadores autodidatas, como Moses Hess e Friedrich Engels, o grupo se voltou, gradativamente, para uma crítica à religião e incorporou um cunho mais radical. Em 1840, com a morte de Frederick-Guilherme III, o novo governo prussiano passou a combater o pensamento de Hegel, impactando na vida de vários dos jovens hegelianos. (cf. McLellan, 1969).

que, no *Esboço para uma crítica da economia política*, Engels “não entendeu nem foi mais profundo do que Ricardo” (idem, p. 19).

Realmente se constata, neste texto, a ausência de uma análise mais aprofundada da economia política e, em especial, das ideias de David Ricardo. Ao tratar a economia política sem as suas contradições internas e sem especificar os avanços dentro da teoria do valor-trabalho, Engels não explicitou, dentre outras coisas, as diferenças entre as análises das fontes de valor realizadas pelos representantes deste campo de conhecimento. Por exemplo, a importante diferença entre as posições de Smith e de Ricardo acerca da fonte do valor<sup>7</sup> não foram, neste momento, consideradas por Engels. Tal fato pode ser observado na seguinte passagem da obra citada:

Segundo os economistas, os custos de produção de uma mercadoria consistem em três elementos: o aluguel da parte de terra necessária para produzir a matéria-prima; a capital com seu lucro; e os salários para o trabalho necessário para produção e para manufatura. Mas, torna-se imediatamente evidente que capital e trabalho são idênticos, já que os próprios economistas confessam que o capital é “trabalho acumulado”. (Engels, 2010a, p. 427).

O sentido de generalização da crítica de Engels, além de demonstrar uma ausência de conhecimento das particularidades internas da economia política, também indica a forma escolhida para analisar este campo de conhecimento. Por razões muito variadas (desde o seu vínculo à filosofia alemã, passando pela rejeição política e moral da economia política e chegando à ausência de um conhecimento mais aprofundado sobre esta ciência), Engels se propôs, no fundo, à realização de uma crítica com caráter de externalidade ao objeto analisado.

A apresentação deste campo do conhecimento se centralizava na sua denúncia como expressão da dominação econômica do mercado e de manifestação da alienação determinada pela vigência propriedade privada<sup>8</sup>. A própria ideia de “valor abstrato”, indicado anteriormente, se relaciona mais como uma crítica externa do que com a abstração típica apresentada pelos autores da economia política. A palavra *abstrato*, nesta

---

<sup>7</sup> Enquanto que, para Smith (2000), tanto o trabalho gasto como o trabalho comandado seriam fontes de valor, para Ricardo (2001), apenas o trabalho gasto no processo produtivo representaria uma fonte de valor. A exclusividade do trabalho gasto como única fonte de valor indica, pois, que apenas os trabalhadores seriam os produtores da riqueza social. Consequentemente, se o trabalho comandado não é fonte de valor, também as atividades dos capitalistas não produzem nenhuma riqueza social. Vê-se, então, que, além do campo teórico, tal distinção realizada por Ricardo também se conecta com questões políticas bastante relevantes.

<sup>8</sup> Por exemplo: “Tornar a terra um objeto de mercantilismo – a terra que é nossa e de todos, a primeira condição de nossa existência – foi o último passo para nos tornarmos um objeto de mercados. Isto foi e é, até hoje, uma imoralidade superada apenas pela imoralidade da auto-alienação” (Engels, 2010a, p. 429).

obra de Engels, se aproxima à expressão da desumanização das pessoas pelas suas transfigurações em números e em fatores econômicos. No texto de Engels, o movimento de *abstração* seguia o sentido daquele indicado anteriormente na referência a Feuerbach, de inversão entre coisas e seres humanos<sup>9</sup>.

Diante disso, também se anuncia que a abstração porta um sentido de ausência de realização humana, relativo aos efeitos da organização econômica baseada no mercado e na propriedade privada. No campo econômico, Engels anunciava, por meio de meandros filosóficos, os efeitos que impactavam na subjetividade humana:

A flutuação perpétua de preços, tal como é criada pela condição de concorrência, priva completamente o comércio de seu último vestígio de moralidade. Não é mais uma questão de valor; o mesmo sistema que parece atribuir tal importância ao valor, que confere, à abstração do valor na forma dinheiro, a honra de ter uma existência própria – esse mesmo sistema destrói, por meio da competição, o valor inerente de todas as coisas, e diariamente e de hora em hora muda o valor do relacionamento de todas as coisas (Engels, 2010a, p. 434).

Foi também nesse sentido, de construir uma análise filosófica crítica ao campo econômico, que Engels realizou a análise de um fenômeno que se tornaria central na análise de Marx no ano seguinte: a alienação advinda do trabalho assalariado<sup>10</sup>. Na visão de Engels, a vigência do mercado capitalista incidiu na contradição entre capital e trabalho que, por sua vez, produziu a cisão do trabalho em duas partes independentes que se confrontam: “o produto do trabalho confronta o trabalho como salário, é separado dele e, por sua vez, é, como de costume, determinado pela competição” (idem, p. 431). Para superar esta contradição, seria necessária a abolição da propriedade privada, uma vez que, somente assim, esta “separação antinatural” poderia desaparecer, assim como que o “o trabalho se torna sua própria recompensa, e o verdadeiro significado do salário do trabalho, até então alienado, vem à luz – a saber, o significado do trabalho para a determinação dos custos de produção de uma coisa” (idem).

---

<sup>9</sup> Pode-se argumentar, contudo, que tal separação entre a filosofia e a economia não faria sentido para grande parte dos pensadores desta época. Tanto se encontram em Hegel (1986) exemplos de análises sobre o trabalho enquanto fonte de provimento para as carências humanas, como se observam em Smith (1984), que foi professor de filosofia moral, exames dos princípios humanos como norteadores da conduta social. Longe de se anunciar postulados positivistas de isolamento dos campos de conhecimento, o que se está propondo aqui não é a separação absoluta entre a filosofia e a economia política. Buscamos, tão somente, indicar a existência de conteúdos e abordagens específicas a cada uma destas ciências, assim como a necessidade de se levar em consideração estas qualidades particulares no momento das análises das suas categoriais.

<sup>10</sup> Vale lembrar que a alienação era uma categoria já utilizada dentro da filosofia alemã. Tanto no sentido idealista do termo (Hegel, 1977) como nas primeiras críticas materialistas (Feuerbach, 2013), esta categoria se fez bem presente nas formações iniciais de Marx e Engels.

Vale ressaltar que a análise acerca dos problemas gerados pela divisão do trabalho na subjetividade humana não era algo inédito. Adam Smith (2000), na apresentação do seu caso clássico sobre a fábrica de alfinetes, já tinha indicado que a divisão do trabalho e a especialização resultam em processos de brutalização humana. Contudo, o economista inglês apresentava estes efeitos como necessários para o aumento da produtividade econômica. Com isso, as denúncias e as críticas sobre a produção econômica terminariam perdendo valor perante uma naturalização do modo de produção capitalista. Este seria, inclusive, um exemplo de inversão entre o sujeito e predicado denunciado por Engels: a máquina e a economia dominando o ser humano e a sua subjetividade.

Em oposição à naturalização social indicada por Smith, Engels exaltou a capacidade humana de transformação social. Diante das condições econômicas, o aumento da produtividade resultaria, contraditoriamente, em maiores impactos negativos aos seres humanos. Seria preciso, pois, superar tanto esta organização econômica como a teoria que lhe serviria de expressão. A superação da alienação do trabalho só viria com a abolição da propriedade privada e com a superação das relações econômicas baseadas no mercado. E, além disso, se a economia política se basearia justamente na defesa destes pilares, a conclusão não poderia ser diferente: esta ciência seria, no fundo, uma expressão teórica limitada pela visão alienada da realidade.

Mas, ao fazer essa crítica radical, Engels não propôs as necessárias distinções entre os integrantes deste campo de conhecimento. Na verdade, a seu ver, quanto mais se desenvolvia a economia política, mais forte ficaria a perspectiva de naturalização da sociedade e menos se enxergariam as suas contradições econômicas:

Quanto mais próximos do nosso tempo estiverem os economistas a quem temos que julgar, mais severo deve ser nosso julgamento. Enquanto Smith e Malthus encontraram apenas fragmentos dispersos, os economistas modernos tinham todo o sistema completo diante deles: todas as consequências haviam sido traçadas; as contradições vieram claramente para iluminar; ainda assim, não examinaram as premissas e ainda aceitaram a responsabilidade por todo o sistema. Quanto mais próximos os economistas estão do tempo presente, mais eles se afastam da honestidade. Com cada avanço de tempo, a sofisticação aumenta necessariamente, de modo a evitar que a economia fique atrasada. É por isso que Ricardo, por exemplo, é mais culpado do que Adam Smith, e McCulloch e Mill mais culpados do que Ricardo (Engels, 2010a, p. 420).

Dentro da crítica de Engels se encontravam, com poucas distinções, os mais variados representantes da economia política. Desde autores representativos da *teoria do valor-trabalho* e pertencentes à *economia clássica*, como Adam Smith e David Ricardo, a precursores da *teoria do valor-utilidade* e que, algumas décadas depois, seriam tratados



por Marx, como integrantes da chamada *economia vulgar*, como Jean-Baptiste Say e John Ramsay McCulloch. Por isso que, ao comparar este texto com alguns escritos posteriores, constata-se que, “nesse estágio, ele ainda não havia aceitado a teoria do valor-trabalho de Smith e Ricardo e não pôde avaliar adequadamente seu lugar no desenvolvimento dos ensinamentos econômicos” (Marx; Engels, 2010d, p. xxii).

Os limites apresentados neste texto seriam revisados nos anos seguintes pelo seu autor que, logo depois, passou a ter um permanente parceiro de discussão teórica e um camarada de batalhas políticas. De toda forma, *Esboço para uma crítica da economia política*, tanto pelo teor político e filosófico crítico, como por externar um acúmulo maior de conhecimento na economia política, se apresentou, para Marx, com bastante relevo.

O interesse de Marx por este texto de Engels foi tão marcante que ele chegou a fazer um sumário de algumas das suas principais categorias. Dentre estes termos, ele destacou: *propriedade privada, comércio, valor, valor de troca, custo de produção, equivalente, aluguel, competição, produtividade, lucro, capital, trabalho e salários* (Marx, 2010c, p. 375-6). Além disso, nesta obra, Engels também abordou outra categoria que se tornaria, algum tempo depois, uma das mais importantes da crítica da economia política realizada por Marx: a *força de trabalho*.

Em relação à categoria força de trabalho, a tendência de Engels, neste texto, foi a sua abordagem seguindo duas vertentes centrais: a simples reprodução do sentido empregado pela economia política; e a sua utilização como elemento contraditório ao processo produtivo. Comentando sobre a economia política, Engels (2010a, p. 436) afirmou que:

O capital aumenta diariamente; a força de trabalho cresce com a população; e, dia após dia, a ciência torna cada vez mais as forças da natureza sujeitas ao homem. Essa incomensurável capacidade produtiva, manejada de maneira consciente e para o interesse de todos, logo reduziria ao mínimo a mão-de-obra, diminuindo a sua repartição na humanidade. Deixada à concorrência, faz o mesmo, mas dentro de um contexto de antíteses (Engels, 2010a, p. 436).

Neste sentido, a força de trabalho representaria a capacidade produtiva básica da humanidade, que cresceria a partir do aumento da população e do capital. A dominação econômica do capital desenvolveria a ciência e tudo isto resultaria em um maior controle sobre as forças da natureza e diminuiria o trabalho necessário a ser realizado pela humanidade. Contudo, Engels problematiza este axioma citando os processos de competição, que produziria um *contexto de antíteses*. Como condutor desta

problematização, ele avança com citações e pensamentos de economistas políticos, buscando demonstrar algumas contradições presentes em suas ideias.

Destarte, Engels se propõe a desmistificar esta visão de interesses universais do desenvolvimento produtivo e da economia política. Para ele, longe de se tratar de um desenvolvimento econômico a serviço de toda a humanidade, este processo seria estruturado em contradições. Neste contexto, nem mesmo a ciência possuiria uma função independente ou neutra: “na luta do capital e da terra contra o trabalho, os dois primeiros elementos desfrutam de mais uma vantagem especial sobre o trabalho – a assistência da ciência; pois, nas condições atuais, a ciência também é dirigida contra o trabalho” (idem, p, 442). A seu ver, “quase todas as invenções mecânicas, por exemplo, foram ocasionadas pela carência de força de trabalho; em particular as máquinas de algodão de Hargreaves, Crompton e Arkwright” (idem).

É neste sentido que Engels (idem, p. 443) concluiu o seu texto, apontando para a diferença entre o discurso dos economistas políticos e a realidade derivada do desenvolvimento econômico:

Mas, o economista está se esquecendo, então, que a produção de força de trabalho é regulada pela competição; que a força de trabalho está sempre pressionando os meios de emprego, e que, portanto, quando estas vantagens se tornarem operacionais, um excedente de competidores para o trabalho já estará esperando por elas, e assim essas vantagens se tornarão ilusórias; enquanto as desvantagens – a súbita retirada dos meios de subsistência da metade dos trabalhadores e a queda dos salários da outra metade – não são ilusórias?

### III

No final de 1843, quando o *Esboço para uma crítica da economia política* foi publicado nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, Marx estava apenas iniciando os seus estudos na economia política. Na verdade, como confessou alguns anos depois, era somente há pouco menos de um ano que ele tinha se deparado com o que ele chamou de *interesses materiais*:

No ano de 1842-1843, como redator do *Rheinische Zeitung*, encontrei-me pela primeira vez na posição embaraçosa de ter que discutir o que é conhecido como interesses materiais. As deliberações da Assembleia da Província do Reno sobre furtos de madeira e a divisão de propriedades fundiárias; a polêmica oficial iniciada por Herr von Schaper, então Oberpräsident da Província do Reno, contra o *Rheinische Zeitung* sobre as condições do campesinato de Mosel e, finalmente, os debates sobre livre comércio e tarifas protecionistas

fizeram com que eu voltasse minha atenção, primeiramente, para as questões econômicas (Marx, 2010d, p. 261-2)<sup>11</sup>.

O jornal citado por Marx, o *Rheinische Zeitung*, foi fechado no final de março de 1843, depois de funcionar por pouco mais de um ano. De um lado, o governo prussiano havia aumentado as suas pressões sobre este jornal, ampliando a censura e o combate aos seus integrantes. Por outro lado, Marx estava avançando nas suas ideias teóricas e políticas e precisou se impor cada vez mais para manter a divulgação das suas opiniões. Com isso, ocorreram algumas rupturas internas no jornal e brigas com antigos colegas de trabalho e de ideias. Em resumo, Marx encontrava-se teoricamente e politicamente mais distante de antigos parceiros, como também sem emprego.

Além disso, conforme indica McLellan (1995, p. 57), havia também uma questão familiar a ser resolvida por Marx neste momento:

Com a supressão do *Rheinische Zeitung*, Marx se viu mais uma vez como um intelectual desempregado. Suas preocupações imediatas eram encontrar um emprego seguro e se casar. Quanto à consideração sobre o jornalismo, as constantes mudanças de Marx tornaram isto praticamente impossível na Alemanha. As divergências de opinião entre os jovens hegelianos, já manifestadas sobre sua atitude em relação ao *Rheinische Zeitung*, provocaram uma cisão completa, seguida da decisão do governo prussiano de suprimir a imprensa liberal.

Sobre o quesito familiar, Jenny von Westphalen, a então futura esposa de Marx, tinha se mudado pouco tempo atrás, juntamente com a sua mãe, para Kreuznach, uma estância termal próxima de Trier (cidade natal de Marx). Foi em Kreuznach, tanto no cartório como na igreja protestante que, no dia 19 de junho de 1843, o casamento de Marx com Jenny foi realizado. O casal, depois de viajar algumas semanas desfrutando da sua lua de mel<sup>12</sup> e de passar três meses em Kreuznach, na casa da mãe de Jenny, partiu para Paris (idem, p. 60).

Durante esta época que ficou em Kreuznach, Marx manteve os seus estudos e análises sobre a filosofia alemã e, em especial, sobre as obras finais de Hegel. Data deste período um manuscrito intitulado de *Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de*

---

<sup>11</sup> Esta afirmação é corroborada por Engels (2010c, p. 497), em uma carta a Richard Fischer: “Marx sempre me dizia que tinha sido precisamente a sua preocupação com a lei dos furtos de madeira e a condição dos viticultores de Mosel que o levou da política pura e simples às condições econômicas e, portanto, ao socialismo”.

<sup>12</sup> McLellan (1995, p. 60) narra um pitoresco acontecimento sobre a organização financeira do casal Marx: “A mãe de Jenny lhes dera algum dinheiro para a lua de mel e eles o levaram consigo, em um baú. Eles o mantiveram com eles no coche durante a viagem deles, levando-o para os diferentes hotéis. Quando recebiam visitas de amigos necessitados, deixavam-no aberto na mesa do quarto e qualquer um podia levar o quanto quisesse. Escusado dizer que logo ficou vazio”.

*Hegel (Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie*<sup>13</sup>), dentre o conjunto de rascunhos conhecidos por *Manuscritos de Kreuznach (Kreuznacher Hefte)*. Estes materiais estavam conectados entre si pela análise das relações entre o Estado e a sociedade civil, tendo por base a análise do livro de Hegel sobre a filosofia do direito. Além disso, os *Manuscritos de Kreuznach* começaram a ser preparados quando Marx se deparou com a necessidade de ultrapassar os limites de uma análise mais abstrata e apreender dados concretos e históricos (Marx; Engels, 2010d, 587).

Em sequência, seguindo a análise da relação entre o Estado e a sociedade civil, Marx (2010e) escreveu *Sobre a questão judaica (Zur Judenfrage)*, um texto polemizando com Bruno Bauer, um dos seus ex-colegas do círculo dos jovens hegelianos. Nesta obra, a partir da diferença entre as categorias da emancipação humana e da emancipação política, Marx propunha superar a centralidade da religião como fundamento de análise dos problemas sociais. Assim, a religião, no lugar de ser o fundamento da crítica, deveria ser analisada como uma manifestação das condições materiais existentes. Ademais, foi também nesta obra que ele começou a sistematizar uma crítica à sociedade moderna (liberal), com enfoque para as contradições entre igualdade formal e desigualdade econômica.

Com isso, o caminho trilhado neste período segue tanto um avanço metodológico, como uma gradativa alteração de centralidade temática. De um lado, Marx avançava em direção à constituição de concepção materialista da história, deixando para trás alguns resquícios de idealismo. De outro lado, a centralidade dos seus estudos transitava da religião para o Estado e, desta entidade, para a sociedade civil. Faltava, contudo, examinar os fundamentos da sociedade civil e, para tanto, era essencial apreender as principais ideias da economia política.

Entre o outono de 1843 e a primavera de 1844, Marx realizou diversas leituras, “de uma maneira desconexa” sobre “economistas principais, desde Boisguillebert e Quesnay, do final do século XVII, até James Mill e Say” (McLellan, 1995, p. 93). Além disto, foi durante este período que, conforme indicado anteriormente, o texto de Engels foi publicado nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, deixando Marx bastante

---

<sup>13</sup> Entre o final de 1843 e o começo de 1844 Marx (2010d) escreveu uma introdução a este material, que foi publicado na primeira edição do *Deutsch-Französische Jahrbücher*, o jornal que eles estavam começando a organizar.

impressionado com esta crítica “da propriedade privada e do espírito de competição que ela gerou” (idem).

O *Deutsch-Französische Jahrbücher* teve uma vida muito breve. A sua sede ficava em Paris, para onde Marx tinha se mudado no final de outubro de 1843. Este jornal, que comportou uma organização nem um pouco harmônica de Marx e de Arnold Ruge, teve apenas uma edição publicada. Esta única edição, de fevereiro de 1844, que saiu com dois números ao mesmo tempo, ficou historicamente marcada praticamente pela publicação dos textos de Marx e de Engels anteriormente citados.

Em Paris, com o fechamento do jornal, Marx continuou nas suas leituras e análises sobre a economia política. Tendo por base o *brilhante ensaio* de Engels e alguns pressupostos do materialismo de Feuerbach utilizados na crítica ao pensamento de Hegel, Marx começou a preparar um conjunto de rascunhos em que transcreveu e analisou algumas das ideias presentes na economia política. Este material, conhecido como os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* (*Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844*), foi “o primeiro trabalho em que Marx tentou sistematicamente elaborar problemas de economia política do ponto de vista de seu amadurecimento materialista-dialético” (Marx; Engels, 2010d, 598).

Por um lado, parece ser difícil indicar precisamente que foi neste momento que as análises de Marx começam a ser *materialistas-dialéticas*. Inclusive existe um grande debate, entre estudiosos e analistas da formação do pensamento de Marx, em torno da determinação histórica e teórica desta fronteira. Por outro lado, parece ser consensual entre os seus pesquisadores e comentadores que foi entre o final de 1843 e o começo de 1844 que Marx iniciou uma análise mais sistematizada da economia política. Iniciada neste momento, esta sistematização teórica perdurou praticamente por toda a sua vida.

Do material referente aos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, restaram quatro conjuntos de textos, que se distinguem pelo seu conteúdo e pela sua análise:

Conhecidos como “Manuscritos econômico-filosóficos” ou “Manuscritos de 1844”, esses documentos (quando totalmente publicados em 1932) foram saudados por alguns como a sua mais importante peça singular de trabalho. Quatro dos manuscritos que formaram a base dessa crítica da economia política sobreviveram, embora de forma incompleta. A primeira – de vinte e sete páginas – consiste, em grande parte, em enxertos de economistas clássicos sobre salários, lucro e aluguel, seguidos pelas próprias reflexões de Marx sobre o trabalho alienado. O segundo é um fragmento de quatro páginas sobre a relação entre capital e trabalho. A terceira parte tem quarenta e cinco páginas e compreende uma discussão sobre propriedade privada, trabalho e comunismo; uma crítica da dialética de Hegel; uma seção sobre produção e divisão do trabalho; e uma pequena seção sobre dinheiro. O quarto manuscrito,

com quatro páginas, é um resumo do capítulo final da *Fenomenologia* de Hegel (McLellan, 1995, p. 92).

Seguindo a linha crítica do ensaio de Engels, Marx também aponta para a inversão entre sujeito e predicado realizada pelos autores da economia política, que teria como função naturalizar a propriedade privada, o mercado e a divisão do trabalho. De forma análoga ao texto de Engels, esta ciência foi apresentada, na obra de Marx, como uma reprodução das determinações advinda do processo econômico, que transformaria os seres humanos em mercadorias.

Nesta estrutura econômica, “a produção não produz simplesmente o homem como uma mercadoria, a mercadoria humana, o homem no papel da mercadoria; ela o produz de acordo com esse papel como um ser mentalmente e fisicamente desumanizado” (Marx, 2010b, p. 284). Para Marx, os efeitos derivados deste processo seriam: “imoralidade, deformidade e entorpecimento dos trabalhadores e dos capitalistas. – Seu produto é a mercadoria autoconsciente e autoativa... a mercadoria humana...” (idem).

Do lado dos integrantes da economia política, no lugar de realizarem as críticas necessárias a esta dinâmica, estes autores apenas naturalizariam esta realidade:

Grande avanço de Ricardo, Mill, etc., sobre Smith e Say, de declarar a existência do ser humano – a maior ou menor produtividade humana da mercadoria – ou de ser indiferente e mesmo prejudicial. Não quantos trabalhadores são mantidos por um determinado capital, mas, em vez disso, quanto interesse ele traz e a soma total da poupança anual é dito como sendo o verdadeiro propósito da produção (idem).

Em sentido geral, David Ricardo, Adam Smith, James Mill, Jean-Baptiste Say, dentre outros autores da economia política, são apresentados, neste texto de Marx, a partir de uma grande rejeição de cunho filosófico e de teor moral. De forma semelhante às suas citações anteriores, Marx segue na sua análise admoestadora da economia política a partir dos argumentos já anunciados por Engels. É este o caso, por exemplo, da crítica de Engels (2010a, p. 420), de que, quanto mais recentes são os integrantes da economia política, menores são os seus níveis de honestidade. Neste caso, a originalidade de Marx (2010b, p. 291), não se encontra no conteúdo da sua análise, mas nos adjetivos empregados na sua crítica:

Não há apenas um crescimento relativo no cinismo da economia política, desde Smith até Say, até Ricardo, Mill, etc., na medida em que as implicações da indústria aparecem mais desenvolvidas e mais contraditórias aos olhos do último nome; esses economistas posteriores também avançam em um sentido positivo constante e conscientemente além de seus antecessores em sua alienação do homem.

Conforme a citação anterior, a economia política, na análise de Marx, poderia ter o seu desenvolvimento medido pelo aumento do cinismo. Contudo, o crescimento desta qualidade não seria uma adjetivação arbitrária dos seus integrantes, mas, antes, um sintoma da reprodução natural que estes autores realizavam sobre o desenvolvimento industrial. E, ao seguirem esta forma de pensamento, os integrantes da economia política terminariam por expandir as formas de alienação entre as pessoas.

Tal fato poderia ser explicitado no tratamento geral que esta ciência daria à análise da humanidade. Para Marx (2010b, p. 242), a “economia política conhece o trabalhador apenas como um animal de trabalho – como uma fera reduzida às necessidades corporais mais restritas”. Isto é, na perspectiva da economia política, não existiria a relevância da análise do ser humano nas suas qualidades subjetivas, mas tão somente como um número produtivo e econômico. Conforme indicou McLellan (1995, p. 93), “a economia política, disse Marx, lidava com o homem nos mesmos termos que se tratava, digamos, de uma casa”. Era também desta forma que ocorreria uma transformação do ser humano em uma coisa e, nos termos de Feurbach, aquilo que era sujeito viraria predicado (e vice-versa).

As acusações sobre a economia política não se restringiam, portanto, a uma crítica de cunho epistemológico. Não se tratava tão somente de criticar uma forma ou uma expressão teórica. No fundo, a economia política seria tanto um reflexo reprodutor das determinações econômicas e produtivas da realidade, como também uma forma funcional e responsável pela manutenção destas contradições sociais. Isto também se deve ao fato de que, nesta obra de Marx, existe a ausência de um tratamento mais aprofundado acerca dos limites e nuances que distinguem a realidade em si da sua análise teórica e cognitiva.

Em vários momentos, Marx critica postulados da economia política como se estivesse se dirigindo diretamente à realidade econômica vigente. A sociedade baseada no mercado, na propriedade privada e na divisão do trabalho aparece, de forma explícita ou não, como um sucedâneo da economia política. Por isso que, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, o desenvolvimento da economia política é entendido, de forma geral, como uma expressão do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Aquilo que se expressaria dentro da economia política seria, portanto, uma manifestação da estrutura econômica vigente.

Tanto as questões como as respostas que Marx coloca em relação ao processo econômico ilustram este fato. Qual seria a função do desenvolvimento produtivo alegado pela economia política e quais os impactos que isto geraria na humanidade? Duas seriam

as conclusões centrais derivadas desta análise: a ampliação das contradições econômicas e sociais, e o crescimento gradativo dos processos de alienação. De um lado, seria importante explicitar que o incremento produtivo geraria tanto o crescimento da riqueza para algumas pessoas como o aumento da pobreza para outras.

De outro lado, seria preciso denunciar que o reino do mercado, da propriedade privada e da divisão do trabalho imporiam barreiras materiais e subjetivas entre os produtores e seus objetos produzidos, assim como entre todos os seres humanos. Na análise deste fenômeno, Marx empregou o termo da alienação e classificou-o, essencialmente, em quatro formas específicas<sup>14</sup>. Esta análise de Marx (2010b, p. 270-282) se encontra no tópico intitulado *trabalho alienado*, em que ele tratou especificamente das formas de alienação. Esta parte da sua obra se tornou bastante conhecida e serviu, inclusive, para gerar diversas polêmicas e disputas de interpretação entre os seus analistas.

Não é nosso objetivo adentrar nos complexos e contraditórios meandros da análise da alienação em Marx. O que nos interessa especificamente aqui é apenas indicar alguns conectores entre os dois lados da crítica que Marx apresenta nesta obra. Isto é, tentar apreender categorias presentes na relação entre as contradições entre riqueza e pobreza e a existência do fenômeno da alienação. Neste sentido, observa-se que uma importante categoria que se destaca neste processo de análise que Marx faz da economia política é a de *trabalho abstrato*. Ou seja, por meio da análise do trabalho abstrato se pode visualizar a conexão entre as críticas de Marx anunciadas anteriormente.

Para Marx, o reino da propriedade privada seria expresso tanto a partir da contradição entre capital e trabalho, como pela vigência das formas de alienação. A partir de então, estaríamos diante de uma vida esvaziada de sentido, de uma existência abstrata da humanidade:

As relações de propriedade privada contêm, de forma latente dentro delas, a relação da propriedade privada como trabalho, a relação da propriedade privada como capital e a relação mútua destes dois elementos entre si. Há a produção da atividade humana como trabalho – isto é, como uma atividade completamente alienada a si mesma, ao homem e à natureza e, portanto, à consciência e à expressão da vida – a existência abstrata do homem como um mero trabalhador que pode, portanto, diariamente cair de seu vazio preenchido

---

<sup>14</sup> Dentro do pensamento filosófico alemão, a categoria da alienação passou por sentidos distintos. De Hegel (1979) para Feuerbach (2013) ocorreu uma inversão no seu sentido, passando de um processo de objetivação e de exteriorização da consciência humana, para a inversão entre sujeito e predicado, que transforma criador em criatura. Marx (2010b) seguiu o caminho de Feuerbach, porém, buscando as determinações materiais e concretas que envolviam este fenômeno a partir da realização das atividades humanas e, em especial, do trabalho. Para tanto, Marx apresentou quatro tipos de alienação que se relacionam a partir da vigência da propriedade privada: alienação ao objeto resultante do trabalho; alienação ao processo de trabalho; alienação ao gênero humano; alienação da essência humana.



no vazio absoluto – em sua não-existência social e, portanto, real (MARX, 2010b, p. 285).

Nesta obra de Marx, o fenômeno da abstração tem, essencialmente, um sentido filosófico. Conforme indicado, as influências desta análise advêm de Hegel e de Feuerbach. Vários argumentos de Feuerbach foram utilizados por Marx para analisar a economia política, assim como para examinar o pensamento de Hegel. E a crítica do fenômeno da abstração também transita por este caminho.

Marx critica os postulados idealistas de Hegel acerca do desenvolvimento gradativo da consciência, situando a necessidade de uma mediação entre sujeito e objeto. Isto porque, um sujeito sem uma relação externa com um objeto seria um ser não objetivo. E um ser não objetivo não passaria de um mero pensamento, ou de uma abstração:

Assim, supor que um ser que não é objeto de outro ser, pressupõe a existência de um ser não objetivo. Assim que eu tenho um objeto, esse objeto me tem como objeto. Mas um ser não-objetivo é uma coisa irreal, uma coisa não sensível – um produto do mero pensamento (ou seja, da mera imaginação) – uma abstração (MARX, 2010b, p. 337).

A crítica à abstração possui dois destinatários que estariam conectados entre si: tanto Hegel, como a economia política. E a principal especificidade deste fenômeno de abstração presente nestas duas concepções se relacionaria com o trabalho. Isto é, mesmo possuindo diferenças importantes, tanto Hegel como os economistas políticos terminariam por conceber o trabalho de uma forma abstrata. No primeiro caso, “o único trabalho que Hegel conhece e reconhece é o trabalho mental abstrato” (idem, 333). No segundo caso, “na economia política, o *trabalho* aparece apenas sob a forma de atividade como *fonte da subsistência*” (idem, p. 241).

Marx, nesta obra, aponta que a economia política promove uma abstração tanto do trabalhador como da sua atividade, o trabalho, manifestando-os a partir de um esvaziamento das qualidades específicas. Neste sentido, o objetivo desta ciência seria tão somente calcular a quantidade máxima de trabalho a ser realizada. O trabalhador apareceria, dentro da economia política, de forma análoga a qualquer outro animal:

Escusado será dizer que o proletário, i. e., o homem que, estando sem capital e renda, vive apenas pelo trabalho e, de forma unilateral, do trabalho abstrato, é considerado pela economia política apenas como trabalhador. A economia política pode, portanto, promover a proposição de que o proletário, como qualquer cavalo, deve obter o máximo que lhe permita trabalhar. Ela [a economia política] não o considera quando ele não está trabalhando, como ser humano; mas deixa essa consideração ao direito penal, aos médicos, à religião, às tabelas estatísticas, à política e ao superintendente das casas dos pobres (MARX, 2010b, p. 241).

É neste sentido que Marx se questiona sobre a suposta evolução da humanidade apresentada pela economia política: “o que, na evolução da humanidade, é o significado desta redução da maior parte da humanidade ao trabalho abstrato<sup>15</sup>?” (idem). Ora, se o desenvolvimento econômico conduz aos processos de abstração do trabalho, qual seria, então, o sentido positivo deste processo? Onde estaria, por exemplo, o caráter de universalidade do desenvolvimento produtivo alegado pela economia política?

Com isto, Marx também buscou desmistificar o sentido de universalidade desta ciência. No fundo, no lugar de se tratar do reconhecimento do homem nas suas qualidades universais, o que a economia política anunciaria seria uma universalidade da propriedade privada. Assim, as várias fronteiras e os diversos obstáculos derrubados pelo desenvolvimento do mercado não serviram para ampliar as qualidades subjetivas dos seres humanos. Estas qualidades de “cosmopolita” e de “energia universal” não seriam manifestações da força da humanidade, mas do poder da propriedade privada.

A economia política, ao “desenvolver a ideia de *trabalho* muito *mais unilateralmente* e, portanto, *mais agudamente* e *de forma mais consistente*, como a única *essência da riqueza*”, acabaria apenas naturalizando este processo “*anti-humano*” (idem, p. 291). A falsa universalidade desta ciência estaria explícita, por exemplo, na “relação dos salários com o lucro”, uma vez que a economia política “conduz o interesse dos capitalistas a se tornar a causa final, ou seja, toma por certo o que é suposto explicar” (idem, p. 271).

Outra contradição também apresentada estaria presente neste desenvolvimento produtivo que, por sua vez, envolveria a força de trabalho. Trata-se da contradição econômica gerada e ampliada pela organização da produção baseada na propriedade privada e na divisão do trabalho. Segundo Marx (idem, p. 240), “enquanto a divisão do trabalho eleva o poder produtivo do trabalho e aumenta a riqueza e o refinamento da sociedade, ela empobrece o trabalhador e o reduz a uma máquina”. No espiral dominado pelo capital, enquanto o polo dominante acumula riquezas, a classe trabalhadora torna-se cada vez mais empobrecida.

Não obstante, vale ressaltar que esta análise, acerca da acumulação de riqueza dos capitalistas e do gradativo empobrecimento dos trabalhadores, possui, na obra analisada,

---

<sup>15</sup> Ressalta-se que, também segundo a edição alemã desta obra, o termo utilizado por Marx é *trabalho abstrato*: “Welchen Sinn, in der Entwicklung der Menschheit, hat diese Reduktion des größten Teils der Menschheit auf die abstrakte Arbeit“ ( MARX, 1968, p. 477).

dois sentidos centrais. De um lado, trata-se do sentido subjetivo, em que o crescimento do reino das mercadorias deteriora a capacidade subjetiva dos trabalhadores<sup>16</sup>. De outro lado, trata-se do rebaixamento do nível econômico do trabalhador. A acumulação capitalista, que supostamente ampliaria a prosperidade da sociedade, “torna o trabalhador cada vez mais dependente do capitalista, levando-o a competir com uma nova intensidade e conduzindo-o para a corrida impetuosa da superprodução, com a sua conseqüente queda” (idem).

Ao analisar estas duas condições apresentadas por Marx, observa-se que ambas se conectam a partir da relação entre as categorias de trabalho abstrato e de força de trabalho. A partir da desmistificação da economia política, poder-se-ia perceber um processo de redução do trabalho (e do trabalhador) a um simples número, carregado de sentido monetário. Esta redução, que tanto ocorreria no sentido subjetivo, como no nível econômico, se expressaria a partir da abstração do trabalho e seria representada pela força de trabalho. Por isso que, quanto mais se desenvolvesse a força de trabalho, maiores seriam os impactos negativos sobre o trabalhador.

#### IV

Percebe-se, portanto, que o uso destas duas categorias (trabalho abstrato e força de trabalho) se apresenta de uma maneira polissêmica nas obras anteriormente analisadas. Elas tanto servem para reproduzir alguns sentidos da economia política, como foram empregadas a partir de uma denúncia, recheada de cunho moral, contra esta ciência. O processo produtivo baseado na propriedade privada, no mercado e na divisão do trabalho resultaria na existência do trabalho abstrato, que seria uma forma de atividade esvaziada do seu sentido subjetivo e reduzida à simples condição de produção de mercadorias.

A utilização da categoria força de trabalho segue, de maneira ambivalente, este sentido. Isto porque, ao passo que Marx e Engels a utilizam na forma usual da economia política, como uma expressão da capacidade produtiva disponível na sociedade e em cada

---

<sup>16</sup> É neste sentido que existe a conexão desta contradição com os processos de alienação: “O trabalhador fica mais pobre quanto mais riqueza ele produz, quanto mais aumenta sua produção em poder e em tamanho. O trabalhador se torna uma mercadoria cada vez mais barata quanto mais mercadorias ele produz. A desvalorização do mundo dos homens é diretamente proporcional ao crescimento do valor do mundo das coisas. O trabalho produz não apenas mercadorias: produz a si mesmo e o trabalhador como mercadoria – e ao mesmo ritmo em que produz mercadorias em geral” (MARX, 2010b, p. 271-2).

trabalhador, ela também aparece envolvida por esta denúncia de teor filosófico. Dominado pelo capital, o trabalho passaria por um processo de abstração. Com isso, ele ficaria desprovido de sentidos subjetivos e se transformaria em trabalho abstrato que, por sua vez, seria um sinônimo de força de trabalho.

A ligação entre estas duas categorias aparece, portanto, como uma forma de denúncia da economia política. O primeiro contato de Marx com esta ciência foi, de fato, marcado por esta relação antinômica, pautado pela sua rejeição, essencialmente, de cunho filosófico e moral. Contudo, a partir do início de 1845, quando Marx precisou aprofundar os seus estudos neste campo de conhecimento, a sua visão passou por algumas inflexões importantes.

#### **Referências:**

ENGELS, Frederick. *Outlines of a Critique of Political Economy*. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 03 (Karl Marx March 1843-August 1844). London: Lawrence & Wishart, 2010a.

\_\_\_\_\_. *The Condition of the Working-Class in England: from personal observation and authentic sources*. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 03 (Karl Marx March 1843-August 1844). London: Lawrence & Wishart, 2010b.

\_\_\_\_\_. *Engels to Richard Fischer (letter)*. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 50 (Letters 1892-95). London: Lawrence & Wishart, 2010c.

\_\_\_\_\_. *Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke**. Band 01. Berlin: Dietz Verlag, 1981.

\_\_\_\_\_. *Die Lage der arbeitenden Klasse in England: Nach eigener Anschauung und authentischen Quellen*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke**. Band 01. Berlin: Dietz Verlag, 1962.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HEGEL, G. W. F. **Grundlinien der Philosophie des Rechts**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.

\_\_\_\_\_. **Phenomenology of Spirit**. Oxford; New York; Toronto; Melbourne: Oxford University Press, 1979.

MANDEL, Ernest. **The Formation of the Economic Thought of Karl Marx, 1843 to Capital**. New York: Monthly Review Press, 1971.

MARX, Karl. *Capital: a Critique of Political Economy*. Vol. I, Book. I, The process of production of capital. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 35 (Karl Marx – Capital Volume I). London: Lawrence & Wishart, 2010a.

\_\_\_\_\_. Economic and Philosophic Manuscripts of 1844. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 03 (Karl Marx March 1843-August 1844). London: Lawrence & Wishart, 2010b.

\_\_\_\_\_. Summary of Frederick Engels' article "Outlines of a Critique of Political Economy" published in *Deutsch-Franzöissche Jahrbücher*. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 03 (Karl Marx March 1843-August 1844). London: Lawrence & Wishart, 2010c.

\_\_\_\_\_. Contribution to the Critique of Hegel's Philosophy of Law: Introduction. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 03 (Karl Marx March 1843-August 1844). London: Lawrence & Wishart, 2010d.

\_\_\_\_\_. On the Jewish Question. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 03 (Karl Marx March 1843-August 1844). London: Lawrence & Wishart, 2010e.

\_\_\_\_\_. Kritische Randglossen zu dem Artikel "Der König von Preußen und die Sozialreform. Von einem Preußen". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke**. Band 01. Berlin: Dietz Verlag, 1981.

\_\_\_\_\_. Ökonomisch-Philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke**. Band 40. Berlin: Dietz Verlag, 1968.

\_\_\_\_\_. Nachwort zu zweiten Auflage: Der Produktionsprozeß des Kapitals. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke**. Band 23. Berlin: Dietz Verlag, 1962.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 09 (Marx and Engels 1849). London: Lawrence & Wishart, 2010a.

\_\_\_\_\_. Manifesto of the Communist Party. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 06 (Marx and Engels 1844-48). London: Lawrence & Wishart, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Collected Works**. Volume 03 (Karl Marx March 1843-August 1844). London: Lawrence & Wishart, 2010d.

MCLELLAN, David. **Karl Marx: a biography**. London: Papermarc, 1995.

\_\_\_\_\_. **The thought of Karl Marx**. 2 ed. London: Papermarc, 1980.

\_\_\_\_\_. **The Young Hegelians and Karl Marx**. London; Melbourne; Toronto: Macmillan, 1969.

MEEK, Ronald. **Studies in the Labour Theory of Value**. 2 ed. New York; London: Monthly Review Press, 1973.

NETTO, José Paulo. 1847: Marx contra Proudhon. In: NETTO, José Paulo. **Marxismo Impenitente: contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

RICARDO, David. Essay on the Influence of a Low Price of Corn on the Profits of Stock. In: RICARDO, David. **The works and correspondence of David Ricardo**. Vol. IV (Pamphlets and Papers 1815-1823). Edited by Piero Sraffa with the collaboration of M. H. Dobb. Indianapolis: Liberty Fund, 2004.

\_\_\_\_\_. **On the Principles of Political Economy and Taxation**. Third edition. Ontario: Batoche books, 2001.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. New York: Random House, 2000.

\_\_\_\_\_. **The Theory of Moral Sentiments.** Indianapolis: Liberty Fund, 1984.

RECEBIDO EM 10-01-2019

APROVADO EM 17-04-2019